

A LUTUOSA DE PORTUGAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

Instituição Fundada em 1 de Julho de 1927



MALZ
[Signature]
A.
[Signature]
[Signature]
[Signature]

RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATÓRIO ACTUARIAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exercício de 2018



A LUTUOSA DE PORTUGAL - A.M

Avenida dos Aliados, 164

IPSS * NIPC: 500 835 195

MAR
S.
A
B
C
D

Índice

Convocatória Assembleia Geral Ordinária	1
Relatório da Direção	2 - 8
Demonstrações Financeiras	
Balanço	9
Demonstração dos Resultados por Naturezas	10
Demonstração dos Resultados por Funções - Modalidades	11
Demonstração dos Resultados por Funções - Óptica	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa	13
Anexo	14 - 33
Parecer do Conselho Fiscal	34 - 35
Relatório Atuarial	36 - 39
Relatório de Auditoria	



A LUTUOSA DE PORTUGAL - A.M

Avenida dos Aliados, 164
IPSS * NIPC: 500 835 195

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

A LUTUOSA DE PORTUGAL

Associação Mutualista

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do Artigo 65.º dos Estatutos, convoco os senhores Associados a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede desta Associação, sita na Avenida dos Aliados, nº 164, da cidade do Porto, no próximo dia **29 de março de 2019**, pelas **17:00 horas**, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1- Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia Geral Extraordinária de 10 dezembro de 2018.**
- 2- Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia Geral Ordinária de 12 dezembro de 2018.**
- 3- Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia Geral Extraordinária de 30 janeiro de 2019.**
- 4- Discutir e votar o Relatório e Contas da Direção e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 2018.**
- 5- 30 minutos para tratar de assuntos de interesse para a Associação.**

Se não comparecerem mais de metade dos Associados, com direito a voto, a Assembleia iniciar-se-á uma hora depois da marcada - ou seja, pelas **18:00 horas** - com qualquer número de Associados presentes, sendo válidas as deliberações que obtenham a aprovação da maioria dos votos dos Associados presentes.

Porto, 8 de março de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Álvaro Henrique Barbosa Teixeira



RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Estimados Associados,

Com base no preceituado nos Estatutos desta Instituição, submete-se à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas do exercício de 2018, assim como o Parecer do Conselho Fiscal.

Em abril de 2018 foi inaugurada a nova sede social da Lutuosa, que mereceu e continua a merecer rasgados elogios de todos aqueles que a visitam, nomeadamente em face da sua mais fácil acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, mas, também, pela beleza arquitectónica do próprio imóvel.

O desenvolvimento deste projeto de requalificação, situado no coração da cidade do Porto (em plena Avenida dos Aliados), dotou a Instituição de condições estruturais capazes de alavancar projetos de índole diversa, nomeadamente os de cariz social.

Igualmente, com particular relevância, teve início o projeto de requalificação do espaço sito no Candal, cujo epílogo, após ter sido autorizada - pela Assembleia Geral - a sua execução, foi a adjudicação da obra.

Neste momento, o projeto de construção encontra-se a aguardar o parecer favorável da Gaiurb - Gestão Urbanística e Paisagem Urbana de Gaia, E.M.

Importa lembrar que o referido projeto prevê a construção de uma loja, três apartamentos T1, um apartamento T2 duplex e um apartamento T3 duplex, que, face às atuais condições de mercado, permitirão obter um atrativo retorno financeiro.

Relativamente ao desenvolvimento do projeto das “Residências Académicas Mutualistas”, a Direção entendeu, depois de terem sido encetados contactos diversos, realizadas várias reuniões de trabalho e apresentadas propostas concretas de exploração das residências a construir (nomeadamente por parte da Fundiestamo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., e da Reitoria da Universidade do Porto), não se encontrarem reunidas condições razoáveis para responder afirmativamente a qualquer das ditas propostas.

Neste sentido, a Direção continua em busca da melhor solução para o espaço, ou seja, aquela que, globalmente, salvguarde de forma mais equilibrada todos os interesses da Instituição.



De qualquer forma, é intenção da Direção, qualquer que seja a sua sensibilidade sobre o destino mais adequado a dar ao espaço, submeter à apreciação da Assembleia Geral, a breve prazo, para decisão, uma concreta proposta.

Em suma, consideramos que, em 2018, foram concretizados e desenvolvidos projetos que serão fundamentais para o futuro da nossa Instituição.

Isto posto, passamos a particularizar algumas matérias:

I – IMÓVEIS

Sendo um dos ativos mais importantes da Associação, o parque imobiliário continuou a merecer, como sempre, uma séria dedicação, e, por isso, foi alvo de inúmeras obras de manutenção e conservação, destinadas a impedir a respetiva degradação e proporcionar aos nossos inquilinos as melhores condições de habitabilidade.

Embora o investimento na conservação e manutenção do parque imobiliário seja invariavelmente significativo, importa ter em conta que, não obstante a Lutuosa praticar rendas inferiores aos valores médios de mercado (a média do valor de arrendamento habitacional, nos imóveis da Lutuosa, para uma habitação de tipologia T3, é de € 300,00), a rentabilidade média dos imóveis da Instituição em 2018 foi de 4,6%, sendo que só será possível manter uma rentabilidade tão apreciável se ao dito ativo for dada a atenção devida e merecida.

Foi também concluído, em 2018, o projeto de requalificação do imóvel sito no rés-do-chão da Avenida dos Aliados, n.º 164, no Porto, sendo inaugurada, em abril, a nova sede da Instituição.

Foram ainda dados passos importantes para que a requalificação do espaço sito no Candal seja uma realidade, tendo sido já adjudicada a obra, cuja execução se encontra apenas pendente de despacho de autorização a ser emitido pela Gaiurb - Gestão Urbanística e Paisagem Urbana de Gaia, E.M.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Relativamente ao projeto das “Residências Académicas Mutualistas”, o mesmo teve alguns desenvolvimentos. Todavia, estes não foram ao encontro das expectativas da Direção, pelo que estão a ser ponderadas outras formas de – também considerando a rentabilidade pretendida - maximizar o potencial do espaço.

A intensificação do desenvolvimento de projetos na área do imobiliário foi ao encontro daquilo a que a Direção se havia proposto, o que não pode ser dissociado, quer do atual contexto de insegurança e retração na banca portuguesa - que, contrariamente ao que se verificou ao longo de vários anos, deixou de oferecer soluções atrativas em termos de depósitos a prazo -, quer dos parcos rendimentos que, presentemente, a Lutuosa obtém por via de aplicações financeiras.

II – ASSOCIADOS

Importa anotar que, em 2018, foram admitidos 323 novos associados, o que equivale a um crescimento superior a 50% comparativamente ao ano anterior.

Todavia, verifica-se que, na generalidade, houve uma redução do número de associados, resultado de um processo de eliminação daqueles que apresentavam um atraso significativo no pagamento das quotas. Note-se que, pela primeira vez, foram eliminados os associados que tinham quotas em atraso superiores a 12 meses, o que permite, além do mais, ter uma noção mais efetiva dos associados ativos e das reais responsabilidades da Associação.

É de realçar, também, o facto de a idade média dos associados ser de 45 anos, sendo 894 o número de associados com menos de 40 anos, representando 28% do total.

III – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Procurou-se, em paralelo com a busca das melhores taxas de juro do mercado para depósitos a prazo, garantir também uma diversificação das instituições financeiras com as quais a Lutuosa trabalha, de forma a evitar uma excessiva exposição da Associação a apenas um banco - nomeadamente tendo em conta a instabilidade do sistema financeiro (que ainda merece particular atenção).



MAK
B
A.
A
A

Para além da diversificação das instituições, a Direção procurou diversificar também a própria natureza das aplicações financeiras, sem descurar a prudência que – no que toca à avaliação de riscos – se exige.

IV – RECURSOS HUMANOS

Na sequência do que já havia sido implementado em anos anteriores, manteve-se a aposta na formação contínua dos trabalhadores, a qual se revela essencial ao desenvolvimento profissional dos mesmos e à garantia de sucesso dos projetos futuros da Associação.

Procedeu-se ainda à celebração de um contrato de trabalho sem termo com uma colaboradora da *Ótica Mutualista*.

V – IMAGEM

Em resultado do contrato celebrado com a sociedade “Pegada Criativa, Lda.”, destinado a arrancar com um programa de marketing e publicidade da Instituição, que se pretendeu que fosse contemporâneo com a fase de conclusão do processo referente à nova sede e respetiva inauguração, a Lutuosa pôde obter “*know-how*” sobre a matéria e alcançou, em função disso, uma maior dinamização das redes sociais, com resultados que, de acordo com os dados recentemente recolhidos, foram bastante positivos.

VI – VERTENTE INSTITUCIONAL

Tendo a Lutuosa assumido a Presidência da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto até março de 2018, participou, nessa qualidade (mas também em nome próprio) na Primeira Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, promovida pela União das Mutualidades Portuguesas.

Enquanto associada da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto, a Instituição participou na edição de 2018 da Feira do Livro do Porto, disponibilizando para o efeito os recursos logísticos e humanos da Lutuosa que foram tidos por adequados.



MAK
B.
A.L.
B.
W

A Lutuosa participou também, no ano transato, nas comemorações do Dia Nacional do Mutualismo, assim como no VII Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, ambos organizados pela União das Mutualidades Portuguesas.

Por último, importa salientar a parceria estabelecida com a *A Vencedora – Associação Mutualista* para a disponibilização do Auditório dos Aliados com vista à realização de uma conferência de divulgação do novo Regime Geral de Proteção de Dados.

VII – ÁREA ADMINISTRATIVA/ FINANCEIRA

Constituindo uma peça fundamental no funcionamento da Lutuosa, procedeu-se, no ano de 2018, a alterações de relevante cariz para a maximização dos recursos da Instituição.

Assim, levou-se a cabo a reforma dos Estatutos da Lutuosa, que se encontram em fase de análise por parte da competente tutela, tendo-se procedido igualmente à alteração do Regulamento de Obras da Associação.

Implementou-se ainda um sistema de controlo biométrico, bem como o Regime Geral da Proteção de Dados.

No campo financeiro, é de sublinhar a celebração de um contrato com a empresa EURONET, destinado à exploração de uma máquina ATM num espaço disponível da *Ótica Mutualista*, permitindo, dessa forma, um encaixe financeiro considerável para a Instituição.

VIII – VERTENTE SOCIAL

Além de continuar a praticar, nos seus imóveis, rendas muito abaixo da média do mercado (também com o objetivo de ajudar os respetivos arrendatários/associados), foi ainda mantido um programa de apoio à aquisição de medicamentos – devidamente regulamentado – para acorrer a situações de comprovada carência económica de associados.

Mantendo-se a Lutuosa como associada da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto, continuou a ser permitido aos seus associados obter condições extremamente vantajosas numa panóplia de serviços médicos disponibilizados por esta, bem como descontos significativos na aquisição de medicamentos.



Adicionalmente, a Lutuosa, através da *Ótica Mutualista* que gere, continuou a levar a cabo promoções, e, bem assim, a disponibilizar descontos aos seus associados, permitindo-lhes, dessa forma, adquirir material ótico a preços inferiores à média do mercado.

A Direção da Instituição encetou ainda vários contactos, em 2018, destinados a concretizar, em 2019, o projeto destinado ao apoio ao ensino de crianças e jovens.

Em conclusão, importa realçar o seguinte:

- A Lutuosa obteve, em 2018, um resultado global negativo de € 20.660,81, sendo € 11.658,84 da Sede e € 9.001,97 da Ótica;
- Este resultado é reflexo de um conjunto de acontecimentos extraordinários, passíveis de regularização imediata, a saber: pagamento de diuturnidades em atraso no valor de € 25.683,00; anulação de quotizações no montante de € 13.630,00, na sequência da eliminação de associados; alteração no método de calcular o inventário final da *Ótica Mutualista*, em face do parecer dos novos Revisores Oficiais de Contas, que originou custos acrescidos na ordem dos € 6.000,00; custos associados à inauguração da nova sede e que se cifraram em cerca de € 7.000,00; e um aumento na ordem dos € 13.000,00 no valor das amortizações, fruto do investimento efetuado na nova sede.

Assim, é opinião desta Direção, consubstanciada no conteúdo do próprio relatório atuarial, que, independentemente do resultado obtido, a Instituição se encontra, do ponto de vista económico e financeiro, numa situação extraordinariamente sólida.

Assim, a Direção d' A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista propõe aos Exmos. Associados que o Fundo Disponível / Resultado Líquido do Exercício de 2018, negativo no montante de € 20.660,81, seja aplicado da seguinte forma:

- Do resultado líquido da atividade ótica, no valor de (€ 4.981,05), seja transferido o montante de (€ 4.108,23) para a *Reserva Especial da Atividade da Optica* e o remanescente para *Resultados Transitados*; e
- O Fundo Disponível das Modalidades, no valor de (€ 11.658,64), em conformidade com o disposto nos artigos 32º e 33º dos Estatutos da Associação.



Para terminar, a Direção quer agradecer a todos os que, durante o ano de 2018, contribuíram, com o seu esforço e dedicação, para a concretização das iniciativas e dos projetos promovidos pela Lutuosa.

A Direção faz ainda questão de manifestar a sua consternação com o falecimento do Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Flórido Martins, deixando aqui expresso o seu mais sincero agradecimento por tudo quanto fez, durante longos anos, em prol do mutualismo.

Porto, 7 de março de 2019

A Direção,


Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)


Marco António Oliveira Narciso (Dr.)


Natália Maria Silva Carneiro


Filipe Miguel Ferreira Martins


Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa e Sousa (Arq^ª.)



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Notas	31-dez-18	31-dez-17
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	4	6.129.295,71	6.155.984,35
Investimentos financeiros	11.1	15.848,37	12.282,76
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11.2	10.751,91	13.731,77
Sub-total		<u>6.155.895,99</u>	<u>6.181.998,88</u>
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	5	89.573,26	77.292,93
Créditos a receber	11.3	27.113,01	30.571,69
Estado e outros entes públicos	11.7	19.825,08	8.262,81
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11.2	9.509,33	23.649,64
Outros ativos correntes	11.8	15.122,20	7.884,42
Diferimentos	11.4	8.963,31	9.535,03
Caixa e depósitos bancários	11.5	1.886.932,81	1.910.842,38
Sub-total		<u>2.057.039,00</u>	<u>2.068.038,90</u>
Total do Activo		<u>8.212.934,99</u>	<u>8.250.037,78</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos			
Fundos Permanentes	11.10	2.421.727,33	2.408.471,17
Fundo de Administração	11.10	302.247,99	309.457,18
Fundo Reserva Geral	11.10	1.592.829,89	1.591.862,18
Excedentes técnicos	11.10	106.169,49	118.322,87
Reservas	11.10	39.504,25	-
Resultados transitados	11.10	-	(872,82)
Excedentes de revalorização	11.10	3.636.837,00	3.672.233,02
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11.10	53.269,43	55.482,11
Sub-total		<u>8.152.585,38</u>	<u>8.154.955,71</u>
Resultado líquido do período		<u>(20.660,81)</u>	<u>7.448,91</u>
Total dos Fundos Patrimoniais		<u>8.131.924,57</u>	<u>8.162.404,62</u>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Sub-total		<u>-</u>	<u>-</u>
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	11.6	9.150,24	21.531,31
Estado e outros entes públicos	11.7	11.181,23	15.875,94
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11.2	3.803,32	564,55
Outros passivos correntes	11.9	26.635,18	23.200,32
Diferimentos	11.4	30.240,45	26.461,04
Sub-total		<u>81.010,42</u>	<u>87.633,16</u>
Total do Passivo		<u>81.010,42</u>	<u>87.633,16</u>
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		<u>8.212.934,99</u>	<u>8.250.037,78</u>

A Direção
Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)
Marco António Oliveira Narciso (Dr.)
Natália Maria Silva Carneiro
Filipe Miguel Ferreira Martins
Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho
C.C. nº 80.235



MAR 2018

A LUTUOSA DE PORTUGAL - A.M

Avenida dos Aliados, 164

IPSS * NIPC: 500 835 195

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

Handwritten initials and signatures in blue ink.

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	dez-18	dez-17
Vendas e serviços prestados	6	755.859,90	750.896,52
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11.11	(174.757,90)	(174.466,07)
Fornecimentos e serviços externos	11.12	(159.280,86)	(185.851,46)
Gastos com o pessoal	9	(219.640,25)	(188.330,44)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	11.3	-	393,00
Provisões (aumentos / reduções)	7	-	-
Outras Imparidades (perdas / reversões)	11.1	-	-
Outros rendimentos	6 e 11.14	15.884,56	19.445,26
Outros gastos	11.13	(78.032,39)	(63.897,76)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		140.033,06	158.189,05
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	(175.411,96)	(164.949,88)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(35.378,90)	(6.760,83)
Juros e rendimentos similares obtidos	6 e 11.15	14.728,24	14.595,88
Juros e gastos similares suportados	11.15	(10,15)	-
Resultado antes de impostos		(20.660,81)	7.835,05
Imposto sobre o rendimento do período	8	-	(386,14)
Resultado líquido do período		(20.660,81)	7.448,91

A Direção

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)

Marco António Oliveira Narciso (Dr.)

Natália Maria Silva Carneiro

Filipe Miguel Ferreira Martins

Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho

C.C. nº 80.235



MAS

AS.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNCÕES DAS MODALIDADES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Modalidades										Fundos de Administração	dez-18	dez-17						
		32%		1%		18%		19%		0%					6%		4%		20%	
		Sub. Mont. Planos Const.	Sub. Mont. Planos Cresc.	Sub. Prazo Planos Const.	Sub. Prazo Planos Cresc.	Sub. Prazo Planos Cresc.	Sub. Prazo Pagto. Ant.	Capital Popular	Idade Sénior	Fundo de Administração					dez-18	dez-17				
Vendas e serviços prestados																				
Quotizações		29.615,43	437,02	17.432,73	18.622,16	-	-	-	-	-	-	5.450,40	3.646,60	15.360,85	90.565,19	93.989,10				
Jóias																				
Rendas de Imóveis		109.618,13	3.425,57	61.660,20	65.085,77	-	-	-	-	-	-	20.553,40	13.702,27	68.511,33	1.065,50	535,00				
Prestações de serviços clínicos		342,40	10,70	192,60	203,30	-	-	-	-	-	-	64,20	42,80	214,00	342.556,67	327.309,07				
Resultado Bruto		139.575,96	3.873,29	79.285,53	83.911,23	-	-	-	-	-	-	26.068,00	17.391,67	85.151,68	435.257,36	423.425,67				
Outros Rendimentos		1.258,42	39,33	707,86	747,18	-	-	-	-	-	-	235,95	157,30	786,51	3.932,55	14.959,11				
Gastos Distribuição																				
Gastos administrativos		(75.657,87)	(1.858,06)	(42.557,55)	(44.921,86)	-	-	-	-	-	-	(13.173,34)	(7.432,22)	(50.829,94)	(236.430,85)	(248.758,97)				
Fornecimentos e serviços externos		(32.400,21)	(506,25)	(18.225,12)	(19.237,63)	-	-	-	-	-	-	(5.062,53)	(2.025,01)	(23.793,91)	(101.250,67)	(134.037,50)				
Gastos com o pessoal		(43.257,66)	(1.351,80)	(24.332,43)	(25.684,23)	-	-	-	-	-	-	(8.110,81)	(5.407,21)	(27.036,04)	(135.180,18)	(114.721,47)				
Gastos de investigação e desenvolvimento																				
Outros gastos		(73.314,41)	(2.291,08)	(41.239,35)	(43.530,43)	-	-	-	-	-	-	(13.746,45)	(9.164,30)	(45.821,50)	(229.107,52)	(201.980,83)				
Provisões (Aumentos)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Imparidade de dívidas a receber		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	393,00		
Outras Imparidades (perdas / reversões)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outros gastos		(24.126,18)	(753,94)	(13.570,98)	(14.324,92)	-	-	-	-	-	-	(4.523,66)	(3.015,77)	(15.078,86)	(75.394,31)	(58.955,25)				
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(49.188,23)	(1.537,13)	(27.668,38)	(29.205,51)	-	-	-	-	-	-	(9.222,79)	(6.148,53)	(30.742,64)	(153.713,21)	(143.418,58)				
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(8.137,90)	(236,52)	(3.803,52)	(3.793,88)	-	-	-	-	-	-	(615,84)	952,45	(10.713,25)	(26.348,46)	(12.355,02)				
Gastos de Financiamento (Líquidos)		4.700,68	146,90	2.644,13	2.791,03	-	-	-	-	-	-	881,38	587,58	2.937,92	14.689,62	14.595,88				
Resultado Antes de Impostos		(3.437,22)	(89,62)	(1.159,39)	(1.002,85)	-	-	-	-	-	-	265,53	1.540,03	(7.775,33)	(11.658,84)	2.240,86				
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Fundo Disponível		(3.437,22)	(89,62)	(1.159,39)	(1.002,85)	-	-	-	-	-	-	265,53	1.540,03	(7.775,33)	(11.658,84)	2.240,86				



A LUTUOSA DE PORTUGAL - A.M

Avenida dos Aliados, 164

IPSS * NIPC: 500 835 195

MAR
A.
B.
A.
B.
A.
B.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES DA ATIVIDADE ÓPTICA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas			
		Óptica Mutualista	dez-18	dez-17
Vendas e serviços prestados				
Vendas		320.602,54	320.602,54	327.243,85
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas		(174.757,90)	(174.757,90)	(174.466,07)
Resultado Bruto		145.844,64	145.844,64	152.777,78
Outros Rendimentos		11.952,01	11.952,01	4.486,15
Gastos Distribuição				
Gastos administrativos		(142.490,26)	(142.490,26)	(125.422,93)
Fornecimentos e serviços externos		(58.030,19)	(58.030,19)	(51.813,96)
Gastos com o pessoal		(84.460,07)	(84.460,07)	(73.608,97)
Gastos de investigação e desenvolvimento				
Outros gastos		(24.336,83)	(24.336,83)	(26.473,81)
Provisões (Aumentos)		-	-	-
Outras Imparidades (perdas / reversões)		-	-	-
Outros gastos		(2.638,08)	(2.638,08)	(4.942,51)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(21.698,75)	(21.698,75)	(21.531,30)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(9.030,44)	(9.030,44)	5.367,19
Gastos de Financiamento (Líquidos)		28,47	28,47	-
Resultado Antes de Impostos		(9.001,97)	(9.001,97)	5.367,19
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	(386,14)
Resultado Líquido do Exercício		(9.001,97)	(9.001,97)	4.981,05

A Direção

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)

Marco António Oliveira Narciso (Dr.)

Natália Maria Silva Carneiro

Filipe Miguel Ferreira Martins

Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho

C.C. nº 80.235

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

	31-dez-18	31-dez-17
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes	829.177,63	847.152,84
Pagamentos de subsídios	(47.879,32)	(45.406,92)
Pagamentos a fornecedores	(400.203,37)	(421.948,10)
Pagamentos ao pessoal	(220.008,61)	(188.214,33)
Caixa gerada pelas operações	161.086,33	191.583,49
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimentos	(385,10)	(1.483,50)
Outros recebimentos / pagamentos	(37.460,92)	(25.694,19)
Fluxos das actividades operacionais [1]	123.240,31	164.405,80
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(160.507,34)	(284.612,00)
Investimentos financeiros	(1.360,63)	(279,53)
Outros activos	-	(284.891,53)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros		680.000,00
Juros e rendimentos similares	14.728,24	14.595,88
Outros activos	14.728,24	-
Fluxos das actividades de investimento [2]	(147.139,73)	409.704,35
Fundo Disponível		
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	-	-
Redução de fundos	-	-
Outras operações de financiamento	(10,15)	-
Fluxos das actividades de financiamento [3]	(10,15)	-
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(23.909,57)	574.110,15
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.910.842,38	1.336.732,23
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.886.932,81	1.910.842,38

A Direção

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)

Marco António Oliveira Narciso (Dr.)

Natália Maria Silva Carneiro

Filipe Miguel Ferreira Martins

Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho

C.C. nº 80.235



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'A.', 'B.', and a circled 'B']

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista, fundada em 1 de julho de 1927, com sede na Avenida dos Aliados, nº. 164, no Porto, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, NIPC 500 835 195, que se encontra registada na Direção Geral da Solidariedade Social, sob o número 30/81, regendo-se pelos diplomas legais aplicáveis, pelos seus Estatutos e pelo Regulamento de Benefícios em vigor.

A Lutuosa de Portugal é uma Associação Mutualista, com número ilimitado de Associados, capital indeterminado e duração indefinida, que através da quotização dos seus Associados, pratica em benefício destes, seu agregado familiar e seus beneficiários, modalidades de auxílio, nos termos legalmente permitidos, podendo estender a sua atuação a todo o território nacional.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Lutuosa de Portugal – A.M. foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Em 2016, a Associação procedeu à reclassificação contabilística do montante relevado em Propriedades de Investimento à data de 31.12.2015, cujo valor ascendia a € 5.275.615,06, dando cumprimento ao disposto nos normativos acima mencionados.

Foi também efetuada, em 2016, uma reclassificação meramente qualitativa nos Fundos Patrimoniais, tal como descrita nas notas 7 e 11.10.



MAK
S.
A.
F. de

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Lutuosa de Portugal na elaboração das Demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

A

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF,) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015.

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a Lutuosa de Portugal continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4 Materialidade e Agregação

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.



MAR
S.
A1.
7
6
8

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3.2. Outras Políticas Contabilísticas

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Associação tem com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As amortizações foram calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros activos tangíveis	4 a 10

Os terrenos e recursos naturais, adquiridos após 31/12/2008, estão escriturados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas subsequentes, determinado com base em avaliações efetuadas por peritos profissionalmente qualificados e independentes. As revalorizações são feitas com a regularidade suficiente que permita assegurar a inexistência de uma diferença materialmente relevante entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor à data de balanço.

As Propriedade de Investimento foram aqui registadas em cumprimento com a NCRF-ESNL, conforme Aviso nº 8259/2015, de 29 de Julho.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Não existem “Bens do património histórico e cultural” registados.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Não existem “Ativos Intangíveis” registados

3.2.4. Investimentos Financeiros

Encontram-se registados em “Investimentos Financeiros” a participação da Lutuosa de Portugal no Capital Social da Liga das Associações Mutualistas do Porto, no montante de € 1.246,99. Igualmente, encontram-se registadas Participações de Capital na Lusitânia – Companhia de Seguros, no montante de € 10.213,75, Outros Investimentos Financeiros detidos até à maturidade, no montante de € 3.027,00 e Investimentos no Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de € 1.360,63.

3.2.5. Inventários

O “Inventário” está registado ao custo médio ponderado.

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui o montante disponível em 31/12/2018, em caixa e depósitos bancários à ordem e a prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Créditos a receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço de eventuais Perdas por Imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)” para assim retratar o valor realizável líquido.

Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados que se encontram com saldo no final do período estão registadas no ativo pela quantia realizável.

Fornecedores, Empréstimos e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores”, “Empréstimos” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Handwritten initials in blue ink, possibly 'S' or 'B'.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos Patrimoniais” é constituída pelos Fundos Permanentes das modalidades de benefícios que implicam a existência de reservas matemáticas, pelo Fundo de Reserva Geral, pelo Fundo de Administração, pelos Excedentes Técnicos das modalidades de benefícios cuja Assembleia Geral deliberou, em tempo, a atribuição de melhorias, pelos Resultados Transitados relativos aos resultados líquidos negativos do estabelecimento/atividade “Óptica Mutualista”, pelos Excedentes de Revalorização e por Outras Variações nos Fundos Patrimoniais.

Os Fundos Patrimoniais encontram-se constituídos em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro de 2019, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro de 2018. E também está incluído nesta rubrica o valor dos Reembolsos de IVA, solicitados ao Estado.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Não existem “Empréstimos Obtidos” registados.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Associação.

3.4. Principais fontes de incertezas das estimativas

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

Não foram tidos na elaboração das presentes demonstrações financeiras outros pressupostos que não o da continuidade, não estando assim identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

3.5. Adoção na NCRF-ESNL, revista em 2015

Em 2016, a Associação procedeu à reclassificação contabilística do montante relevado em Propriedades de Investimento à data de 31.12.2015, cujo valor ascendia a € 5.275.615,06, dando cumprimento ao disposto nos normativos mencionados na nota 2.



MZ
R.
A.
D.
b
e

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2018				Saldo em 31-Dez-18
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições	Abates	Transferências	
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos	1.715.466,31				1.715.466,31
Edifícios e outras construções	5.118.733,79				5.118.733,79
Equipamento básico	165.257,71				165.257,71
Equipamento administrativo	126.307,03	9.367,28			135.674,31
Outros activos fixos	1.485.059,88	394.954,57			1.880.014,45
Ativos fixos tangíveis em curso					
Edifícios e outras construções	265.147,20	(255.789,20)			9.358,00
Total	8.875.971,92	148.532,65	-	-	9.024.504,57
Depreciações Acumuladas					
Terrenos e recursos	-				-
Edifícios e outras construções	1.976.269,70	51.020,06			2.027.289,76
Equipamento básico	136.872,91	11.792,25			148.665,16
Equipamento administrativo	113.513,96	7.200,88			120.714,84
Outros activos fixos	493.331,00	105.208,10			598.539,10
Total	2.719.987,57	175.221,29	-	-	2.895.208,86
	6.155.984,35				6.129.295,71

	2017				Saldo em 31-Dez-17
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições	Abates	Transferências	
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos	1.715.466,31				1.715.466,31
Edifícios e outras construções	5.118.733,79				5.118.733,79
Equipamento básico	165.257,71				165.257,71
Equipamento administrativo	125.311,73	995,30			126.307,03
Outros activos fixos	1.466.819,30	18.240,58			1.485.059,88
Ativos fixos tangíveis em curso					
Edifícios e outras construções	-	265.147,20			265.147,20
Total	8.591.588,84	284.383,08	-	-	8.875.971,92

**Depreciações Acumuladas**

Terrenos e recursos	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.925.249,64	51.020,06	1.976.269,70
Equipamento básico	125.080,67	11.792,24	136.872,91
Equipamento administrativo	102.184,70	11.329,26	113.513,96
Outros activos fixos	402.522,68	90.808,32	493.331,00
Total	2.555.037,69	164.949,88	-
	6.036.551,15		6.155.984,35

31-12-2018

	Custo histórico (a)	Excedente de revalorização (a) e (b)	Custo revalorizado (b)
Terrenos e Edifícios			
Aliados, 168 - Terreno	1.233,86	196.266,14	197.500,00
Aliados, 168 - Edifício	19.124,84	270.137,48	289.262,32
Aliados, 168 - Obras	75.702,46	0,00	75.702,46
Óptica - Obras	49.334,25	0,00	49.334,25
Álvaro Castelões - Terreno	13.146,92	546.103,08	559.250,00
Álvaro Castelões	467.999,18	643.841,27	1.111.840,45
Obras	289.025,35	0,00	289.025,35
Fernão Magalhães - Terreno	11.410,43	427.589,57	439.000,00
Avenida Fernão Magalhães	160.964,87	612.560,57	773.525,44
Obras	368.816,62	0,00	368.816,62
Aliados, 164 - Terreno	2.132,09	146.867,91	149.000,00
Aliados, 164	31.875,79	181.306,47	213.182,26
Obras	10.235,09	0,00	10.235,09
Boavista - Terreno	4.076,90	133.673,11	137.750,00
Boavista	49.705,52	189.105,54	238.811,06
Obras	33.253,63	0,00	33.253,63
Clérigos - Terreno	2.938,04	115.561,96	118.500,00
Clérigos	70.345,16	130.080,90	200.426,06
Obras	12.685,54	0,00	12.685,54
Avintes - Padrão Vermelho - Terreno	43.750,00	4.250,00	48.000,00
Avintes - Padrão Vermelho	116.519,14	-3.068,29	113.450,85
Obras	3.756,46	0,00	3.756,46
Fernandes dos Anjos - Terreno	7.481,97	12.518,03	20.000,00
Fernandes dos Anjos	17.956,71	30.043,27	47.999,98
Obras			



Maia - Terreno	31.668,60	0,00	31.668,60
Maia - edifício	86.217,73	0,00	86.217,73
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	1.981.357,16	3.636.837,00	5.618.194,16

- (a) Valor líquido de amortizações acumuladas
- (b) Inclui todas as revalorizações efetuadas, especificamente em 1991 pelo DL n.º 49 e livre realizada em 2009
- (c) As Propriedade de Investimento foram transferidas para Ativos fixos tangíveis conforme Aviso nº 8259/2015, de 24 de Junho.

5. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

	2018	2017
Mercadorias	89.573,26	77.292,93

Está contabilizado nesta rubrica o inventário da Óptica.

6. RÉDITO

A Instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Vendas e Serviços Prestados – Esta rubrica diz respeito às vendas da Óptica, a Joias, Cartões e Quotizações de Associados, Rendas de Imóveis e Receitas com a Prestação de Serviços Clínicos.

Outros Rendimentos e ganhos – Esta rubrica engloba participações de inquilinos em obras, descontos de pronto pagamentos obtidos, reembolsos de sinistros, outras correções de exercícios anteriores.

Juros e rendimentos similares – reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

O “Rédito” reconhecido em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:



MAK
H.
B
P
Q

	2018	2017
Vendas e Prestações de Serviços	755.859,90	750.896,52
Outros Rendimentos e ganhos	15.884,56	19.445,26
Juros e rendimentos similares	14.728,24	14.595,88
	<u>786.472,70</u>	<u>784.937,66</u>

7. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Nos termos previstos no n.º 1 do artigo 51.º do Código das Associações Mutualistas (CAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março, as Associações Mutualistas devem organizar um Balanço Técnico com vista a apurar o montante das suas responsabilidades futuras para com os Associados.

Deste modo, sempre que uma Mutualidade prossiga modalidades de benefícios que, designadamente, impliquem a atribuição/pagamento futuro de benefícios pecuniários (vg. subsídios por morte, capitais a prazo, etc.), está a mesma obrigada a, periodicamente, calcular o valor atuarial dessas suas responsabilidades.

O valor atuarial das responsabilidades futuras assumidas pela Associação perante os seus Associados em determinada modalidade de benefícios **é designado por Reserva Matemática.**

Nos termos previstos no artigo 46.º do CAM, em relação a cada modalidade de benefícios que implique a existência de reservas matemáticas, deve ser constituído um **Fundo Permanente destinado a garantir a Reserva Matemática dessa modalidade.** Este Fundo Permanente não deve ser inferior ao valor das reservas matemáticas (artigo 46.º, n.º 1).

Neste mesmo sentido, vai o disposto no artigo 30.º dos Estatutos de A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista.

Em conclusão, as responsabilidades (futuras) assumidas pela Associação perante os seus Associados, isto é, as Reservas Matemáticas de cada modalidade de benefícios, são reconhecidas, por força do disposto no CAM e nos Estatutos, na conta de Fundos Patrimoniais, concretamente na conta de Fundos Permanentes. (1)

Por outro lado, nos termos das notas 13.4 e 13.6 da NCRF-ESNL, constante do Aviso n.º 8259/2015, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 146 de 29 de julho de 2015, as **Provisões só devem ser reconhecidas**, entre outros, quando a Associação tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultado de um acontecimento passado e seja provável um exfluxo de recursos para liquidar tal obrigação. Nos termos da nota 13.6 um acontecimento passado só conduz a uma obrigação presente quando a entidade não tenha nenhuma alternativa senão liquidar a obrigação por esta criada, caso que só se verifica quando tal liquidação seja, ou possa ser, imposta legalmente.



MAK
B
A.
D
P
B

Quando os Fundos Permanentes de uma modalidade de benefícios sejam superiores ao valor das respetivas Reservas Matemáticas, **verifica-se a ocorrência de excedentes técnicos**. Nos termos do artigo 53.º do CAM (e artigo 35.º e 36.º dos Estatutos), pode tal excesso ser destinado, total ou parcialmente, à melhoria dos benefícios e/ou à redução das quotas.

Quando os Fundos Permanentes de uma modalidade de benefícios forem inferiores ao valor das respetivas Reservas Matemáticas, **verifica-se a ocorrência de deficit técnico**, isto é, verifica-se a impossibilidade de concessão (atual ou futura) dos benefícios previstos aos Associados.

Ora, nos termos do artigo 20.º do CAM, nesta situação, **é obrigatória a alteração do Regulamento de Benefícios** com vista a reestabelecer o necessário equilíbrio técnico-financeiro daquela(s) modalidade(s).

Em conclusão, os deficits técnicos de uma modalidade de benefícios em caso algum podem ser conhecidos como provisões já que (2):

- nos termos do artigo 20.º do CAM, a Associação não só não está obrigada legalmente ao cumprimento daquela obrigação como, ao invés, está obrigada a rever o respetivo Regulamento de Benefícios precisamente para que, com a reposição do equilíbrio financeiro, tal deficit seja eliminado. Na prática, trata-se de ajustar os benefícios a atribuir no futuro (e/ou os montantes das quotizações) ao valor disponível nos Fundos Permanentes.
- decorrente da disposição anterior, não se verificam os pressupostos obrigatórios determinados pela NCRF-ESNL (e, de resto, pela NCRF n.º 21), para o reconhecimento dos deficits técnicos como provisões.

Em face das conclusões (1) e (2), **o valor das reservas matemáticas** de modalidades de benefícios, isto é o valor atuarial das responsabilidades futuras assumidas pela Associação perante os seus Associados, **são sempre reconhecidos nos Fundos Patrimoniais**, concretamente nos **Fundos Permanentes** de cada modalidade (artigo 51.º do CAM), não devendo estes fundos serem inferiores aquelas reservas. Em caso de deficit técnico, este não pode ser reconhecido como provisão por incumprimento das condições determinantes da nota 13.4 e 13.6 da NCRF-ESNL.

Em face do exposto os montantes constantes na conta de provisões específicas foram integralmente transferidos para as correspondentes contas de Fundos Permanentes, no exercício de 2016.

A título de mera nota de rodapé importa referir que se assim não fosse – isto é se se reconhecesse o valor das reservas matemáticas quer nos fundos permanentes quer nas contas de provisões específicas – estar-se-ia a duplicar a garantia do cumprimento das responsabilidades futuras da Associação, já que as mesmas estariam reconhecidas em duplicado. Caso, por absurdo, isto acontecesse e o montante dos Fundos Permanentes e das provisões específicas fossem, pelo menos, iguais ao valor da reserva matemática, isto significaria que a Associação já tinha garantido, em dobro, o valor das suas responsabilidades futuras e, como tal, ou as quotas ou os benefícios, ou ambos, estavam desajustados em claro prejuízo dos Associados.

Como se constata da Nota 11.10 o valor dos Fundos Permanentes de cada modalidade de benefícios (destinados a garantir as responsabilidades futuras da Associação perante os seus Associados) excede largamente, em todas as modalidades, o montante atuarial das respetivas reservas.



MALG
A.L.
B
A
C

8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O “Imposto sobre o Rendimento” reconhecido em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
Imposto sobre o rendimento	0,00	386,14

O montante acima diz respeito ao IRC estimado, a pagar pela Associação, relativamente à atividade da Óptica.

9. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de funcionários ao serviço da Instituição em 2018 e 2017 foi de 9 e 8 funcionários, respetivamente.

Durante o ano de 2018, o Presidente da Fiscal faleceu, pelo qual se procedeu à sua substituição. À parte disto, não houve alteração à titularidade dos Órgãos Sociais da Lutuosa de Portugal. Os titulares dos Órgãos Associativos foram remunerados por senha de presença às reuniões.

Os gastos que a Lutuosa de Portugal incorreu com os Órgãos Sociais e os funcionários foram os seguintes:

	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	15.300,00	15.200,00
Remunerações ao Pessoal	164.754,60	138.863,93
Encargos sobre as remunerações	36.633,60	31.277,88
Outros gastos com Pessoal	2.952,05	2.988,63
	<u>219.640,25</u>	<u>188.330,44</u>

10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e perante a Segurança Social tem a sua situação regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



MALC
A.
A.
A.
A.
A.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 a Instituição detinha as seguintes “Investimentos Financeiros”:

	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Varição do justo valor	Imparidade	
Investimentos em associadas				
Liga das Associações	1246,99			1.246,99
Investimentos noutras empresas				
Lusitânia Companhia de Seguros, S.A.	1.888,75			1.888,75
Lusitânia Vida - Comp. de Seguros, S.A.	8.325,00			8.325,00
Outros investimentos financeiros				
Obrigações FCP 2018 - 2021		1.018,00		1.018,00
Obrigações Mota-Engil 2018 - 2022		2.009,00		2.009,00
FCT	822,02	538,61		1.360,63
	<u>12.282,76</u>	<u>3.027,00</u>	-	<u>15.848,37</u>

11.2. Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

A rubrica “Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros” em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 apresentava os seguintes saldos:

	2018			2017		
	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido
ATIVO						
ATIVO NÃO CORRENTE						
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	10.751,91	-	10.751,91	13.731,77	-	13.731,77
ATIVO NÃO CORRENTE						
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	9.509,33	-	9.509,33	23.649,64	-	23.649,64
	<u>20.261,24</u>	-	<u>20.261,24</u>	<u>37.381,41</u>	-	<u>37.381,41</u>
PASSIVO						
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	3.803,32	-	3.803,32	564,55	-	564,55
	<u>3.803,32</u>	-	<u>3.803,32</u>	<u>564,55</u>	-	<u>564,55</u>



11.3. Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição de saldos:

	2018			2017		
	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido
ATIVO						
Créditos a receber						
Clientes e Utentes c/c	25.687,83		25.687,83	27.514,01		27.514,01
Rendas de Imóveis	2.304,66	879,48	1.425,18	3.937,16	879,48	3.057,68
	<u>27.992,49</u>	<u>879,48</u>	<u>27.113,01</u>	<u>31.451,17</u>	<u>879,48</u>	<u>30.571,69</u>

11.4. Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 apresentava os seguintes saldos:

	2018		2017	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
ATIVO CORRENTE				
DIFERIMENTOS				
<u>Gastos a reconhecer</u>				
Contratos de Assistência	1.627,12		1.959,48	
Seguros	4.204,84		4.599,94	
Renda Óptica	2.780,80		2.625,00	
Outros	350,55		350,61	
PASSIVO CORRENTE				
DIFERIMENTOS				
<u>Rendimentos a reconhecer</u>				
Rendas antecipadas		30.240,45		26.461,04
	<u>8.963,31</u>	<u>30.240,45</u>	<u>9.535,03</u>	<u>26.461,04</u>

11.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 apresentava os seguintes saldos:

	2018	2017
Caixa	1.359,59	536,06
Depósitos à ordem	70.573,22	160.306,32
Depósitos a prazo	1.815.000,00	1.750.000,00
	<u>1.886.932,81</u>	<u>1.910.842,38</u>



11.6. Fornecedores

A rubrica "Fornecedores" em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 apresentava os seguintes saldos:

	2018	2017
Fornecedores c/c	9.150,24	21531,31
	<u>9.150,24</u>	<u>21.531,31</u>

11.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 apresentava os seguintes saldos:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento		0,00		386,14
Imposto sobre valor acrescentado	19.825,08	5.075,95	6.217,41	9.306,65
Restantes impostos	0,00	2.327,95	2.045,40	2.790,53
Contribuições para Seg. Social		3.730,32		3.360,63
FCT/FGCT		47,01		31,99
	<u>19.825,08</u>	<u>11.181,23</u>	<u>8.262,81</u>	<u>15.875,94</u>

11.8. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 apresentava os seguintes saldos:

	2018	2017
Fornecedores	1.438,50	701,53
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	7.745,35	6.389,28
Quotas a receber	0,00	0,00
Outros devedores por acréscimos de proveitos	5.938,35	0,00
Devedores diversos	0,00	793,61
	<u>15.122,20</u>	<u>7.884,42</u>



11.9. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 apresentava os seguintes saldos:

	2018	2017
Remunerações a liquidar	22.835,85	21.957,82
Outros credores por acréscimos gastos	3.205,15	0,00
Credores diversos	594,18	1.242,50
	<u>26.635,18</u>	<u>23.200,32</u>

11.10. Fundos Patrimoniais

Em 2016, foi efetuada uma reclassificação meramente qualitativa tendo em vista agrupar nas correspondentes contas de Fundos Permanentes, Fundo de Reserva Geral e Fundo de Administração as verbas reconhecidas nas contas de provisões específicas (vide Nota 7), de Reservas e de Resultados Transitados e Excedentes Técnicos, adequando o reconhecimento destas verbas ao disposto no Código das Associações Mutualistas e aos Estatutos desta Associação.

Em 2017, esta rubrica variou da seguinte forma:

	Saldo em 31-12-2016	Aumentos / Transferências	Diminuições / Transferências	Saldo em 31-12-2017
Fundos Permanentes	2.396.371,70	9.035,86	0,00	2.408.471,17
Subsídio Morte - Plano Constante	1.601.254,43	2.856,20		1.604.110,63
Subsídio Morte - Plano Crescente	80.154,20	392,56		80.546,76
Subsídio Prazo - Plano Constante	236.289,62	3.961,52		240.251,14
Subsídio Prazo - Plano Crescente	248.959,60	388,91		249.348,51
Subsídio Prazo - Pgtos Antecipados	18.123,44	224,86		18.348,30
Capital Popular	211.590,41	1.211,81		212.802,22
Idade Sénior	0,00	3.063,61		3.063,61
Fundo Administração	485.312,14		175.854,96	309.457,18
Fundo Reserva Geral	1.590.315,55	1.546,63		1.591.862,18
Excedentes Técnicos	119.814,11		1.491,24	118.322,87
Reservas	0,00			0,00
Resultados Transitados	-12.260,37	11.387,55		-872,82
Excedentes de Revalorização	3.707.629,04		35.396,02	3.672.233,02
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	57.694,79		2.212,68	55.482,11
Resultado Líquido Exercício	-184.397,04	191.845,95		7.448,91
	<u>8.160.479,92</u>	<u>213.815,99</u>	<u>214.954,90</u>	<u>8.162.404,62</u>
Provisões Matemáticas	0,00		0,00	0,00
	<u>8.160.479,92</u>	<u>213.815,99</u>	<u>214.954,90</u>	<u>8.162.404,62</u>



Em 2018, esta rubrica variou da seguinte forma:

	Saldo em 31-12-2017	Aumentos / Transferências	Diminuições / Transferências	Saldo em 31-12-2018
Fundos Permanentes	2.408.471,17	13.256,16	0,00	2.421.727,33
Subsídio Morte - Plano Constante	1.604.110,63	4.323,12		1.608.433,75
Subsídio Morte - Plano Crescente	80.546,76	151,57		80.698,33
Subsídio Prazo - Plano Constante	240.251,14	3.358,52		243.609,66
Subsídio Prazo - Plano Crescente	249.348,51	803,65		250.152,16
Subsídio Prazo - Pgtos Antecipados	18.348,30	224,86		18.573,16
Capital Popular	212.802,22	1.385,27		214.187,49
Idade Sénior	3.063,61	3.009,17		6.072,78
Fundo Administração	309.457,18		7.209,19	302.247,99
Fundo Reserva Geral	1.591.862,18	967,71		1.592.829,89
Excedentes Técnicos	118.322,87		12.153,38	106.169,49
Reservas	0,00	39.504,25		39.504,25
Resultados Transitados	-872,82	872,82		0,00
Excedentes de Revalorização	3.672.233,02		35.396,02	3.636.837,00
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	55.482,11		2.212,68	53.269,43
Resultado Líquido Exercício	7.448,91	-28.109,72		-20.660,81
	8.162.404,62	26.491,22	56.971,27	8.131.924,57
Provisões Matemáticas	0,00		0,00	0,00
	8.162.404,62	26.491,22	56.971,27	8.131.924,57

A Associação solicita anualmente a realização do cálculo das reservas matemáticas para cada uma das modalidades de benefícios às mesmas sujeitas. Em anexo encontra-se o relatório atuarial à data de 31 de dezembro de 2018, preparado pelo Atuário Dr. Nuno Rodrigues.

O quadro seguinte confronta o montante de reservas matemáticas actuarialmente calculadas para cada modalidade de benefícios e os respetivos Fundos Permanentes.

Como se colhe, os Fundos Permanentes de todas as modalidades de benefícios são superiores ao valor da reserva matemática calculada para cada a 31 de dezembro de 2018.

Modalidades de Benefícios	Fundo Permanente	Reserva Matemática	Excedente
Subsídio Morte - Plano Constante	1.608.433,75	355.690,62	1.252.743,13
Subsídio Morte - Plano Crescente	80.698,33	8.418,30	72.280,03
Subsídio Prazo - Plano Constante	243.609,66	101.934,06	141.675,60
Subsídio Prazo - Plano Crescente	250.152,16	60.569,70	189.582,46
Subsídio Prazo - Pagtos Antecipados	18.573,16		18.573,16
Capital Popular	214.187,49	131.115,90	83.071,59
Idade Sénior	6.072,78	0,00	6.072,78
	2.421.727,33	657.728,58	1.763.998,75



Igualmente, verifica-se que o montante constante na rubrica de excedentes técnicos, por cada modalidade de benefícios, é o descrito no Relatório Atuarial.

Por último, importa referir que todo o ativo está afeto às modalidades de benefícios, evidenciando-se no quadro seguinte o grau de cobertura dos ativos nas reservas matemáticas actuarialmente calculadas e o grau de cobertura do ativo nos fundos permanentes e de reserva geral.

Mapa de Cobertura de Ativos sobre Reservas e Fundos	
Total do Ativo	8.212.934,99
Total do Passivo	81.010,42
Excedente líquido Ativo	8.131.924,57
Reservas atuariais (incluindo melhorias)	761.195,22
Grau cobertura Excedente líquido Ativo S/Reservas	1068,31%
Fundos Permanentes + Fundos de Reserva Geral	4.014.557,22
Grau cobertura Excedente líquido Ativo S/Fundos	202,56%

11.11 Custos das Vendas

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas apresentava os seguintes valores:

	2018	2017
Saldo inicial	77.292,93	70.129,04
Compras	187.038,23	181.629,96
Regularizações	0,00	0,00
Saldo final	89.573,26	77.292,93
Custo da Mercadoria Vendida	174.757,90	174.466,07



11.12. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Trabalhos especializados	12.117,87	22.020,01
Publicidade e propaganda	4.096,21	3.733,48
Vigilância e segurança	1.623,77	1.612,14
Honorários	38.152,44	41.182,09
Comissões	1.830,00	2.595,30
Conservação e reparação	21.818,12	43.594,32
Serviços bancários	3.613,95	3.521,93
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	1.944,98	158,79
Material de escritório	3.869,94	4.814,85
Outros (consultório)	104,72	224,20
Electricidade	13.152,60	12.141,34
Água	1.822,70	1.739,14
Deslocações, estadas e transportes	4.596,11	2.965,60
Rendas e alugueres	34.985,00	32.771,20
Comunicação	6.142,88	4.873,48
Seguros	5.230,55	5.122,97
Contencioso e notariado	171,04	69,00
Despesas de representação	216,85	232,85
Limpeza, higiene e conforto	2.637,07	2.239,18
Outros	1.154,06	239,59
	<u>159.280,86</u>	<u>185.851,46</u>

11.13. Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Impostos	880,87	698,70
Dívidas incobráveis	2,28	530,10
Perdas em Inventários	866,93	2.022,71
Outros	27.726,19	14.897,33
Custos c/ apoios financeiros concedidos	48.556,12	45.748,92
	<u>78.032,39</u>	<u>63.897,76</u>



11.14. Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Rendimentos suplementares	375,00	851,15
Descontos obtidos	4.021,57	3.887,64
Recuperação de dívidas a receber	0,00	45,72
Rendimentos e ganhos restantes ativos financeiros	27,00	0,00
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	5.646,79	480,52
Excesso estimativa impostos	1,04	134,35
Imputação subsídios para investimento	2.212,68	2.212,68
Restituição de impostos	15,15	6.217,41
Outros não especificados	3.585,33	5.615,79
	<u>15.884,56</u>	<u>19.445,26</u>

11.15. Juros e Outros Rendimentos e Gastos Similares

Os juros e outros rendimentos e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 são detalhados conforme se segue:

	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas financiamento	<u>10,15</u>	<u>0,00</u>
	<u>10,15</u>	<u>-</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	<u>14.728,24</u>	<u>14.595,88</u>
	<u>14.728,24</u>	<u>14.595,88</u>



11.16. Movimento Associativo em 2018

Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2017		3348
Admitidos em 2018		
Efetivos	244	
Idade sénior	79	323
Readmitidos em 2018	10	10
A Deduzir em 2018		
Reduzidos	17	
Falecimentos	33	
Resgatados	3	
Pravos vencidos	4	
Eliminados	407	464
Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2018		3217

11.17. Acontecimentos após a data de balanço

Após o encerramento do período, e até à data do presente anexo, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de mudar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção da A Lutuosa de Portugal, em 07/03/2019.

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho
C.C. 80.235

A Direção,

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)
Marco António Oliveira Narciso (Dr.)
Natália Maria Silva Carneiro
Filipe Miguel Ferreira Martins
Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)



PARECER DO CONSELHO FISCAL

76.
Paula
Pereira

Estimados Associados,

De acordo com a alínea c) do n.º 5 do artigo 77.º dos Estatutos d' A Lutuosa de Portugal, A.M., vimos submeter à apreciação dos Senhores Associados, o nosso parecer, que emitimos com base no exame efetuado ao relatório e às contas de 2018, bem como em resultado do acompanhamento da atividade ao longo do período, nos termos das nossas competências.

RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade da Direção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e económica da Associação, o resultado das suas operações, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada em verificações por amostragem ao longo do período e no exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

Este parecer tem como base as conclusões da atividade fiscalizadora, efetuada com a regularidade que achamos apropriada e necessária, validada através da verificação do registo contabilístico das transações mais significativas e da respetiva documentação de suporte, a partir de balancetes mensais e outra documentação apresentada regularmente a este Conselho Fiscal.

Verificamos a exatidão e conformidade das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2018, incluídas no relatório e contas de 2018 elaboradas pela Direção da Lutuosa.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Lutuosa em 31 de dezembro de 2018 e o resultado das suas operações, em conformidade com os princípios contabilísticos



geralmente aceites, tendo como referencial o regime de normalização contabilístico para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

Consideramos consolidada a robustez financeira e económica da Lutuosa, devidamente sublinhada e reiterada no relatório e contas apresentado, bem como no relatório atuarial, que - a despeito do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2018 - mantém a Instituição sólida e inequivocamente sustentável.

Mais entende este Conselho Fiscal, que o resultado negativo do exercício apresentado pela Direção, encontra-se justificado pelo acréscimo de despesas extraordinárias, na sequência da ocorrência de fatos excepcionais e pontuais, devidamente explanados no relatório da Direção.

Relevamos ainda o exposto no relatório atuarial, bem como o relatório de auditoria, sem qualquer reserva ou ênfase para com as contas do ano em análise.

O Conselho Fiscal congratula-se pela excelente colaboração e qualidade da informação prestada a este Órgão, particularmente pela Contabilista Certificada da Instituição.

Perante o exposto, somos de **PARECER** que a Assembleia Geral,

1. Aprove o relatório e Contas apresentadas pela Direção relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
2. Aprove a proposta da Direção sobre a aplicação do resultado líquido apurado.

Porto, 18 de março de 2019

O Conselho Fiscal,

Isabel Alexandra Ferreira Grilo (Dra.)

Cátia Georgete Freitas Fonseca

Maria da Conceição Santos Lusquinhos de Sá

A LUTUOSA DE PORTUGAL

RELATÓRIO ATUARIAL

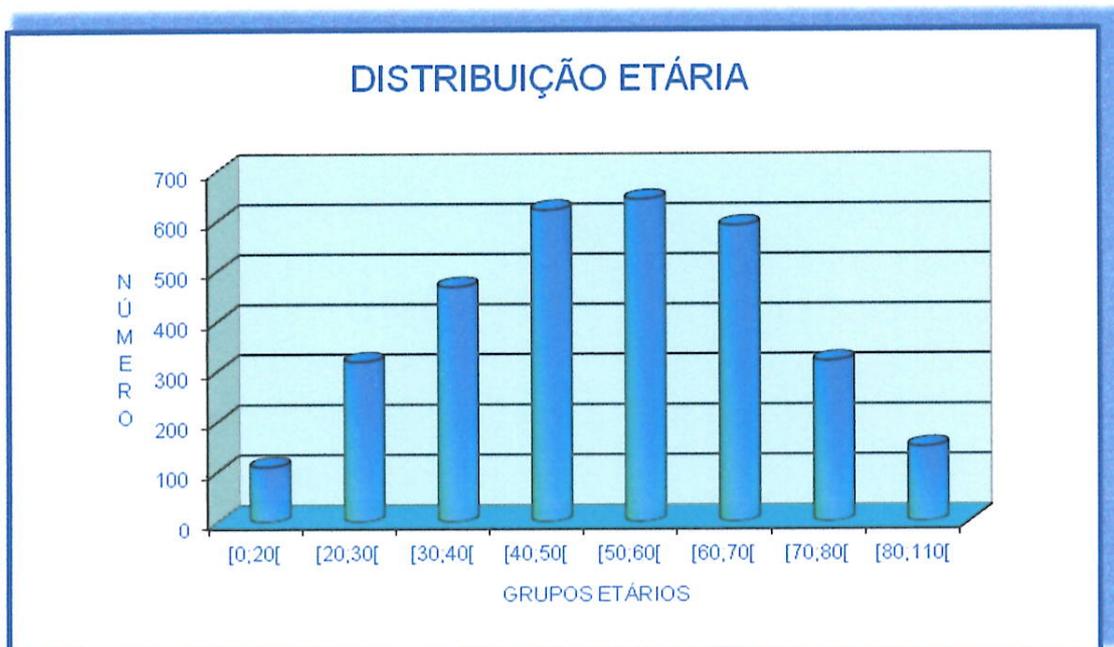
31 de dezembro de 2018

Em 31 de dezembro de 2018, ***A LUTUOSA DE PORTUGAL*** tinha 3.217 associados com a seguinte distribuição etária:

Escalões etários	Nº. de associados
Menos de 20 anos	109
De 20 a 29 anos	318
De 30 a 39 anos	467
De 40 a 49 anos	621
De 50 a 59 anos	645
De 60 a 69 anos	590
De 70 a 79 anos	319
De 80 ou mais anos	148

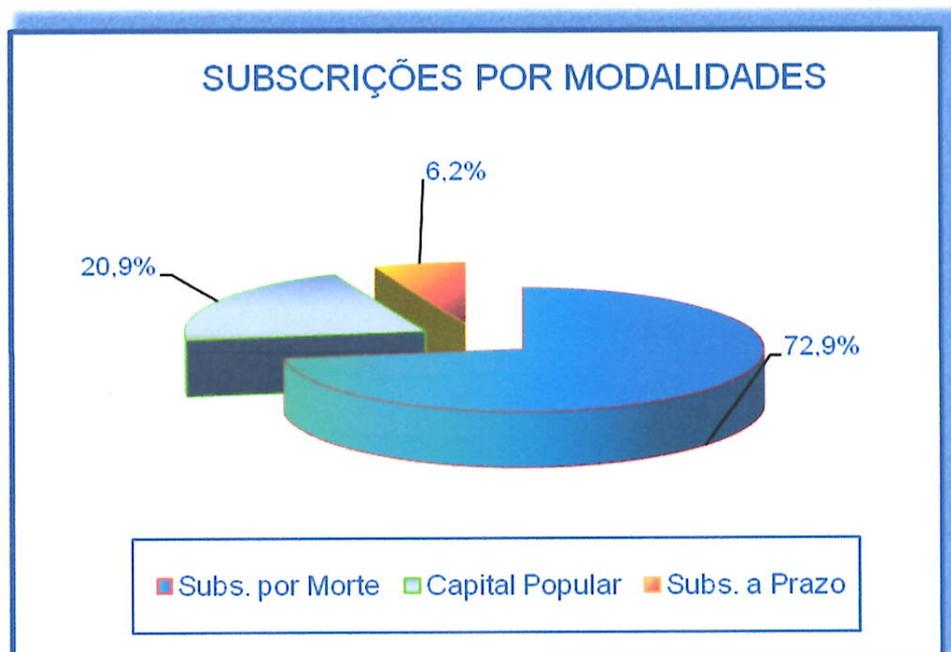
A idade média manteve-se nos 45 anos. O número de associados com menos de 40 anos é agora 894, representando 28% do total.

No gráfico que se segue podemos apreciar a distribuição etária, onde, tal como há um ano, se continua a notar a tendência para uma distribuição normal.



No restante relatório não se incluem os sócios de Idade Sénior, dado que não lhes corresponde nenhuma modalidade atuarial.

No gráfico seguinte podemos apreciar o peso relativo das subscrições. Continuam a predominar as subscrições em Subsídio por Morte.



Apresentam-se de seguida os elementos estatísticos considerados mais relevantes. Os capitais e as quotas referem-se aos seus valores atuais, estando todas as grandezas financeiras expressas em euros.

PLANOS CONSTANTES E CRESCENTES							
Modalidades	Subscrições	Capitais subscritos	Melhorias distribuídas	Quotiz. mensal	Subscrição média	Melhoria média	Quota média
Sub. por Morte	2 170	2 125 413,31	181 913,95	2 739,52	979,45	83,83	1,26
Sub. a Prazo	184	484 723,97	2 430,62	4 035,25	2 634,37	13,21	21,93
Cap. Popular	622	411 985,50	19 565,10	453,60	662,36	31,46	0,73
Geral	2 976	3 022 122,78	203 909,67	7 228,37	1 015,50	68,52	2,43

Verifica-se uma diminuição dos capitais subscritos, embora a subscrição média e a quota média tenham aumentado. O número de subscrições passou de 3.395 para 2.976, o que representa um decréscimo de 12,3%.

As reservas matemáticas ascendem a **657.728,58 €**, valor inferior ao registado há um ano, sendo assim parceladas:

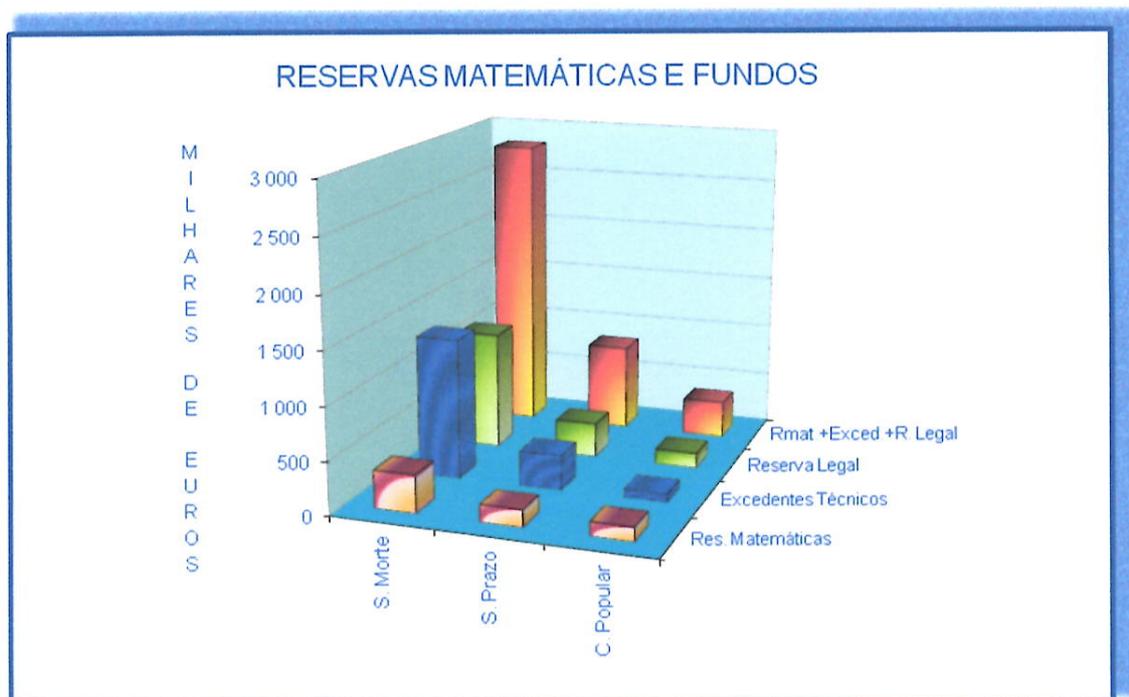
Modalidades	Reservas matemáticas		
	Subscrições	Melhorias	Totais
Subsidio por Morte	270 190,72	93 918,20	364 108,92
Subsidio a Prazo	160 205,72	2 298,04	162 503,76
Capital Popular	121 162,65	9 953,25	131 115,90
Totais	551 559,09	106 169,49	657 728,58

Comparando as reservas matemáticas com os fundos existentes, foram determinadas as taxas de cobertura respetivas:

TAXAS DE COBERTURA					
Modalidades	Reservas matemáticas	Fundos permanentes	Reserva legal (*)	Taxas de cobertura	
				Sem res. leg.	C/ res. legal
Sub. por Morte	364 108,92	1 689 132,08	1 122 406,64	4,64	7,72
S. a Prazo	162 503,76	493 761,82	328 098,41	3,04	5,06
Capital Popular	131 115,90	214 187,49	142 324,84	1,63	2,72
Totais	657 728,58	2 397 081,39	1 592 829,89	3,64	6,07

(*) Considerou-se a Reserva legal dividida proporcionalmente aos Fundos Permanentes

As taxas de cobertura totais aumentaram, relativamente ao ano anterior. Não contando com a Reserva legal, as reservas matemáticas estão cobertas com fundos 3,64 vezes superiores (6,07 vezes superiores, se contarmos com a Reserva legal). O gráfico que a seguir se insere mostra os resultados do quadro anterior.



A situação técnico-financeira da Mutualidade mantém-se excelente. Mostra-se necessário um esforço para que o número de associados inscritos nas modalidades atuariais não diminua.

O Atuário,

Dr. Nuno Rodrigues

Porto, 6 de março de 2019

Nuno José Botto dos Reis Rodrigues
Atuário Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses



RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil 15, 1. 1749-112 Lisboa/Secel
T: +351 21 3561 550 F: +351 21 3561 952 E: geral@lisboa3.rsmpt.pt
Rua da Saude 132, 3. 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral@porto3.rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de A Lutuosa de Portugal - Associação Mutualista (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 8 212 934,99 euros e um total de fundos patrimoniais de 8 131 924,57 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 20 660,81 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD

2018-19-01-01-01-01-01



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas

- circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
 - concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da direção

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 18 de março de 2019

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "João Luís Almeida Mendes de Araújo", written over a horizontal line.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo (ROC nº 933)